



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Controladoria Interna

PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO - (PALP)

QUADRIÊNIO – 2022/2025

PALMAS-TO



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Controladoria Interna

PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO - 2022/2025

As atividades da Controladoria Interna são balizadas pelo Plano de Auditoria de Longo Prazo - (PALP), quadrienal, e Plano Anual de Auditoria (PAA).

O PALP tem como objetivo definir, orientar e planejar as ações de auditoria a serem desenvolvidas pelas unidades de auditoria interna do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins-TJTO. Já o PAA objetiva identificar as auditorias a serem realizadas pela unidade de auditoria interna, devendo consignar o planejamento e a programação das atividades de auditoria do Tribunal para um exercício.

O PALP está previsto nos arts. 31 e 32 da Resolução CNJ 309/2020, do Conselho Nacional de Justiça, que aprovou as diretrizes técnicas das unidades de auditoria interna governamental do Poder Judiciário.

O PALP norteia também a expectativa dos recursos à execução das auditorias e treinamentos pertinentes, além de abranger ações de auditoria de maneira que envolvam todas as áreas da gestão do TJTO.

Por fim este PALP refere-se ao quadriênio de 2022 a 2025 e está alinhado ao planejamento de longo prazo da instituição, guardando consonância com o planejamento estratégico do TJTO, como apresentado no anexo I.

Cabe ressaltar que, com o objetivo de assegurar a aderência das auditorias aos temas prioritários da organização, poderá ser proposta a revisão anual do PALP.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Controladoria Interna
ANEXO I - PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO - PALP 2022/2025

PEI - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TJTO - 2021/2026	AUDITORIA	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	TEMA	AVALIAÇÕES
Garantia dos direitos fundamentais.	Gestão Orçamentária Gestão Financeira Gestão Patrimonial	Avaliar a utilização dos recursos destinados aos programas de acesso à justiça e as políticas de acessibilidade e igualdade racial. Avaliar se as contratações mantêm condições seguras e dignas de trabalho, bem como se observam as ações que inibem a discriminação de gênero, raça e diversidade.
Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade.		Acompanhar a obrigação do Tribunal de Justiça de prestar contas à sociedade e aos órgãos de controle externo com o objetivo de melhorar os processos de comunicação com



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Controladoria Interna

		foco na divulgação e disseminação das competências institucionais, estratégias, políticas públicas implantadas e resultados, no fortalecimento da transparência e imagem do TJTO.
<p>Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.</p> <p>Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.</p> <p>Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos.</p> <p>Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios.</p>	<p>Gestão Administrativa</p> <p>Gestão Orçamentária</p> <p>Gestão Financeira</p>	<p>Avaliar os processos de gestão administrativa com o objetivo de garantir a suficiência do órgão em relação à estrutura, sistemas de informação e processos de trabalho.</p> <p>Avaliar o planejamento e a execução orçamentária de acordo com as diretrizes estipuladas na Constituição Federal, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e na Lei de Responsabilidade</p>



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Controladoria Interna

<p>Promoção da sustentabilidade.</p> <p>Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal.</p>		<p>Fiscal, verificando as classificações funcionais e por programas, além das receitas e despesas do órgão.</p> <p>Avaliar os critérios de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços.</p>
<p>Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.</p> <p>Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.</p> <p>Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.</p>	<p>Gestão de Riscos</p> <p>Gestão Administrativa</p> <p>Gestão de Obras</p> <p>Gestão das Contratações</p> <p>Gestão de Pessoas</p> <p>Gestão da Tecnologia da Informação</p>	<p>Avaliar se as unidades dos órgãos auditados possuem pontos de controle suficientes à garantia da eficácia e eficiência de programas, operações e gestão de recursos com a finalidade de mitigar riscos e oferecer garantias razoáveis a gestão.</p> <p>Avaliar os procedimentos técnico-administrativos de projetos, obras e serviços das áreas de arquitetura e</p>



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Controladoria Interna

<p>Fortalecimento da estratégia nacional de tic e de proteção de dados.</p>		<p>engenharia.</p> <p>Avaliar a gestão quanto à estrutura de pessoal, cadastro, conformidade dos registros dos atos, remuneração, controles internos adotados pela unidade.</p> <p>Avaliar a organização patrimonial dos bens pertencentes ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins quanto aos registros, distribuição, estado de conservação, gerenciamento, manutenção, entre outros sistemas de controle, de acordo com a legislação inerente.</p> <p>Avaliar se as aquisições e contratações estão alinhadas à estratégia institucional.</p>
---	--	--



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Controladoria Interna

		<p>Avaliar a gestão de TI quanto à estrutura de governança, estratégia para mitigar riscos relacionados às atividades, planejamento de contratações (PETI, PDTI), além de verificar o cumprimento das metas institucionalmente delimitadas para a integração dos sistemas informatizados, administrativos e judiciais.</p>
--	--	--